A ÁFRICA E OS AFRICANOS
NA FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO
1400 - 1800

ABPDEA
Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais
RESPEITE O AUTOR
NÃO FAÇA CÓPIA

Preencha a **ficha de cadastro** no final deste livro e receba gratuitamente informações sobre os lançamentos e promoções da Editora Campus.

Consulte também nosso catálogo completo e últimos lançamentos em
www.campus.com.br

ESTEVAM THOMPSON
FEVEREIRO/2004

A ÁFRICA E OS AFRICANOS
NA FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO
1400 - 1800

Coordenação Editorial
Mary Del Priore

Tradução
Marisa Rocha Motta

Revisão Técnica
Márcio Scalercio
Professor Titular da Universidade Candido Mendes
Professor do Departamento de Economia da PUC - Rio

ELSEVIER

EDITORA CAMPUS

araucanos do Chile[120] ou os "chichimecas" do México, [121] os quais resistiram aos colonizadores europeus e conquistadores com tanto sucesso que a colonização foi lenta e realizada sem sua colaboração ou assistência, e só depois de uma longa luta. Os tupinambás e os tupis no Brasil aceitaram a colonização portuguesa com muito vagar e, em 1680, muitas regiões da América do Sul estavam ou inteiramente nas mãos dos nativos ou eram governadas em conjunto com os nativos americanos e os colonizadores europeus em uma incômoda co-dominação.[122]

Portanto, não se pode conceber as Américas sob a soberania total dos europeus. Em muitos lugares, ocorreu uma longa luta pelo controle; em outros locais as fronteiras permaneceram sem o domínio firme dos europeus por muito tempo. Quando os africanos foram trazidos para as Américas como escravos, essa situação com freqüência os favoreceu, e para eles a natureza instável das Américas propiciou oportunidades para escapar, mediar partidos rivais ou usar o potencial de deserção ou fuga para melhorar sua situação.

Assim, na metade do século XVI o mundo atlântico começou a tomar forma. Os navegadores europeus que haviam começado a compreender os ventos e as correntes do Atlântico estabeleceram um sistema de navegação que uniu a Europa, a África e as Américas em um sistema único de comércio. Os governantes europeus e seus súditos mais poderosos perceberam que esse sistema era muito importante e que possuía um grande potencial de riqueza, e estavam determinados a retirar o controle político e econômico das mãos dos pioneiros. Mas se os poderosos da Europa controlavam o comércio marítimo, na África foram incapazes de dominar a costa e a navegação costeira, e nas Américas as regiões conquistadas eram circundadas por povos não conquistados, hostis e, algumas vezes, agressivos. Na África, eram eles que determinavam seu papel comercial, e na América com freqüência constituíam o grupo mais importante entre os primeiros colonizadores. Mesmo quando não exerciam um papel político especial, eles constantemente conseguiam tirar partido da dominação incompleta da Europa.

120. Louis de Armond, "Frontier Warfare in Colonial Chile", *Pacific Historical Review* 23 (1954): 125-32; Robert C. Padden, "Cultural Change and Military Resistance in Auracanian Chile, 1550-1730", *Southwersten Journal of Anthropology* (1957): 103-21.

121. Ver a admirável discussão em Philip Powell, *Soldiers, Indians and Silver: The Northward Advance of New Spain, 1550-1600* (Berkeley, 1952).

122. O livro de John Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760* (Cambridge, Mass., 1978)é a melhor pesquisa; para outras regiões como o Paraguai, ver James Lockhart e Stuart Schwartz, *Early Latin America: A History of Colonial Spanish America and Brazil* (Cambridge, 1983), pp. 253-304.

Capítulo

2

O desenvolvimento do comércio entre europeus e africanos

O sucesso da África de resistir às primeiras tentativas de ataque da Europa ao seu litoral demonstrou que as interações que se seguiriam seriam muito pacíficas e comerciais — pois só em 1579 ocorreria uma grande guerra em Angola, mas logo reprimida sem uma conclusão precisa. Não houve mais nenhuma importante conquista européia na África, e até mesmo os escravos que cruzaram o sul do Atlântico para ajudar na colonização da América foram, com freqüência, mais comprados do que capturados. Esse cenário fora preparado pelas expedições de Diogo Gomes em 1456-62 e caracterizaria as relações entre os europeus e os africanos nos séculos subseqüentes.

As vitórias navais africanas não significaram necessariamente que o comércio que floresceu em substituição aos ataques invasores estava, na verdade, sob controle da África ou se servia aos seus interesses (ou aos interesses da sociedade rica e poderosa africana). De fato, muitos especialistas nestes últimos anos consideram o comércio da África atlântica com a Europa destrutivo e desigual, com os europeus colhendo a maior parte dos lucros de longo prazo e os africanos incapazes de se beneficiarem ou sendo forçados, em virtude da debilidade comercial, a aceitar um comércio que, por fim, levou a África à sua situação atual de dependência e subdesenvolvimento.

Walter Rodney, talvez o mais influente especialista na defesa dessa posição, concluiu em seu trabalho sobre as relações comerciais na África atlântica que o comércio com a Europa foi o primeiro e decisivo passo

para o atraso da África. Como Rodney afirmou, em razão de a África estar em um nível inferior de desenvolvimento econômico em relação à Europa, ela foi forçada a compactuar com uma espécie de comércio "colonial", no qual os africanos cediam matéria-prima e recursos humanos (na forma de escravos), em troca de bens manufaturados — uma forma de dependência que certamente caracteriza o comércio moderno africano.[1] Embora nem todos os estudiosos tenham compartilhado de sua visão radical sobre muitos aspectos desse relacionamento, interpretações recentes continuaram a enfatizar que o subdesenvolvimento da África a conduziu inevitavelmente a um tipo de comércio que prejudicou seu potencial para progredir. Nesse sentido, Ralph Austen, cujas opiniões são muito mais conservadoras do que as de Rodney, também concordava que o comércio iniciado no século XV levou a África a uma grande marginalidade na economia mundial, além de refrear o desenvolvimento tecnológico e algumas estratégias para o crescimento econômico.[2]

Entretanto, um exame sobre o desenvolvimento econômico da África em torno de 1500 e a natureza precisa do comércio no Atlântico não endossa essa posição pessimista. Os africanos tiveram um papel muito ativo no desenvolvimento comercial, e o fizeram por sua própria iniciativa. Por sua vez, o comércio no Atlântico não era tão crucial para a economia africana como pensam os estudiosos e, por outro lado, seus produtos manufaturados tinham as qualidades necessárias para competir com a Europa pré-industrial.

Para compreender o papel da economia da África no comércio do Atlântico, é preciso examinar duas questões inter-relacionadas, ambas oriundas de trabalhos de acadêmicos que vêem a África como associados comerciais subalternos e dependentes. Primeiro, a premissa sobre o atraso da África na produção de bens manufaturados, baseada em grande parte na analogia com a sua atual incapacidade de produção e seu impacto na moderna economia da África. Segundo, o pressuposto da dominação comercial, em que os europeus de alguma forma foram capazes de controlar o mercado africano, por meio do monopólio ou pela manipulação comercial.

1. Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa*, pp. 95-113; idem, *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800* (Londres, 1970), pp. 171-99.
2. Ralph Austen, *African Economy History* (Londres, 1987), pp. 81-108.

A INDÚSTRIA E OS TERMOS COMERCIAIS

As comparações entre o comércio dos séculos XVI e XVII e o dos dias atuais, relacionando países industrializados com os menos desenvolvidos, não têm embasamento. Embora muitos produtos importados pela África antes de 1650 fossem bens manufaturados (como ferro ou tecido) e que muitas de suas exportações fossem, na maioria, de produtos semimanufaturados (couro, cobre e ouro, borracha, marfim e escravos), um exame mais minucioso revela que a antiga manufatura africana era em muitos casos capaz de prover as necessidades do continente.

Talvez um dos mais interessantes aspectos dos primórdios do comércio atlântico tenha sido o fato de a Europa só ter oferecido à África artigos que ela já produzia — fato com freqüência negligenciado nas análises comerciais. Isso diferencia de imediato o período inicial com os dias de hoje, pois agora a indústria doméstica africana não produz nenhum dos produtos manufaturados importados dos países desenvolvidos.

A Europa exportava uma ampla gama de mercadorias para a África antes de 1650, e de diversas categorias. Em primeiro lugar, em termos de volume, vinham os tecidos — uma grande quantidade de vários tipos de tecidos no século XVII. Depois as mercadorias em metal, sobretudo ferro e cobre, como matéria-prima (barras de ferro e *manillas* de cobre)[3] e peças trabalhadas (facas, espadas, bacias e tigelas de cobre etc.). Em seguida, moeda corrente, consistindo em toneladas de cauri.* Esse comércio era muito importante em Benim e na Costa dos Escravos, embora essas moedas fossem também importadas pela África central. Por fim, havia o que se pode descrever como itens não utilitários como jóias (em geral, contas), brinquedos mecânicos e curiosidades, e bebidas alcoólicas.

É importante notar que nenhum desses artigos era "mercadoria essencial". A África possuía indústrias bem desenvolvidas que produziam cada item dessa lista, e embora nem todos fossem produzidos em cada distrito, um número significativo era importado por regiões em que claramente não havia uma necessidade premente deles, e essa importação tinha um caráter estritamente funcional.

3. Uma *manilla* era um lingote em forma de ferradura, a maneira mais comum como o cobre era transportado e vendido.

* *Nota da Tradutora: Cowrie moneta*, usado como dinheiro em algumas partes da Ásia e da África.

Em resumo, o comércio não se desenvolveu para atender às carências da África ou mesmo para suprir uma produção deficiente ou problemas de qualidade dos produtos africanos manufaturados. Mais exatamente, o comércio da África com a Europa foi em grande parte motivado pelo prestígio, modismo, gostos diferentes e um desejo de variar — e essas motivações extravagantes apoiavam-se em uma economia produtiva razoavelmente bem desenvolvida e um poder de compra considerável. O comércio atlântico da África não foi um simples anseio para preencher necessidades básicas, e da parte dos africanos o interesse em importar mercadorias não representou um critério de valor de suas carências ou ineficiência, mas, em vez disso, foi uma medida da extensão de seu mercado doméstico.

Começa-se a perceber as complexidades comerciais ao observar o comércio de metais, sobretudo ferro, pois este era o melhor exemplo de uma mercadoria que era importada e poderia ser utilizada em ferramentas, e em que a técnica era essencial para produzir artefatos de qualidade. Os portugueses exportavam pouco ferro para a África, talvez porque se sentissem obrigados a honrar as injunções do papa contra a venda de materiais com potencial militar para os infiéis. No entanto, o Congo cristão também recebeu pouco ferro de Portugal, o que faz crer que sua produção era pequena e o lucro de exportá-lo seria medíocre. Os holandeses que tinham acesso a boas fontes alemãs e escandinavas, e os ingleses, que possuíam seu próprio ferro, foram os pioneiros na venda de ferro na África, e as barras de ferro já predominavam nos presentes ofertados por van den Broecke em 1605.[4] O ferro surgiu nas listas de produtos comercializáveis holandeses no século XVII como útil em toda a África, e grande quantidade era levada para lá todos os anos. Com base em estatísticas de companhias comerciais francesas e inglesas, Curtin estimou que a Senegâmbia importou cerca de 150 toneladas de ferro da Europa por ano na segunda metade do século XVII, embora esse montante seja provavelmente mais elevado do que as quantidades importadas anteriormente.[5]

Mas a África era uma produtora de ferro, e a Senegâmbia já era suprida por produtores em Futa Jalom (e talvez também por uma produção local de má qualidade) à época da chegada dos portugueses.[6] Na

4. Pieter van den Broecke, *Reizen naar West-Afrika van Pieter van de Broecke, 1604-14*, editado por K. Ratelband (Haia, 1950), p. 5.
5. Curtin, *Economic Change*, p. 210.
6. Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 1, cap. 33 (ed. Silva Dias), p. 96.

verdade, os portugueses compraram ferro em Serra Leoa para vendê-lo em Senegâmbia e em outros locais, como mostram claramente os livros de registro do navio *Santiago* que fez a travessia dessa rota em 1526.[7] Porém, o comércio europeu posterior de ferro com a Senegâmbia não foi simplesmente uma tentativa de competir com outros produtores da África ocidental para suprir as necessidades de uma região pobre desse metal. Na realidade, o comércio de ferro foi algo mais complexo.

As peculiaridades da produção africana desse metal que levaram o ferro da Europa a ser atrativo vêm, é provável, de longa data. Segundo trabalho recente sobre a produção antiga de ferro na África, a tecnologia foi desenvolvida em torno de 600 a.C. ou mesmo antes na orla do Sudão no início do deserto do Saara, talvez como resultado de descobertas realizadas em áreas produtoras de cobre no deserto ao norte da atual Nigéria. Em virtude de haver recursos escassos de combustível desse local, os trabalhadores africanos desenvolveram métodos para conservá-lo, dos quais o mais importante foi o projeto de um sistema para pré-aquecer o jato de ar que entrava na fornalha, o qual prefigura técnicas usadas na Europa só no século XIX. Esse método não só economizava combustível, como também propiciou a fabricação de aço de excelente qualidade — talvez o melhor aço do mundo na época, e com certeza igual ou mesmo melhor do que o aço produzido nos primórdios da Europa moderna.[8]

De fato, a pesquisa sobre a qualidade do metal produzido nas fundições da África ocidental e os estudos arqueológicos recentes indicam que o aço africano equivalia a qualquer um produzido em outros lugares no século XV.[9] Mas a fabricação do aço ainda requeria grande quantidade de madeira, o que nem sempre estava disponível, e, assim, a melhor produção de aço era feita na margem norte da floresta tropical, onde havia uma associação de suprimentos de madeira e minério de ferro (bem como abundante transporte por água). Isso encareceu algumas vezes o ferro em regiões distantes dos centros de produção, como a Senegâmbia. Em decorrência, o ferro europeu, mesmo de qualidade in-

7. Avelino Teixeira da Mota, "A viagem do navio Santiago à Serra Leoa e Rio S. Domingus em 1526", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* 24 (1969): 567, 572.
8. Ver Peter Schmidt e S. Terry Childs, "Innovation and Industry during the Early Iron Age in East Africa: The KM2 e KM5 Sites of Northwest Tanzania", *African Archaeological Review* 3 (1985): 53-94.
9. Curtin, *Economic Change*, pp. 207-11.

ferior, era competitivo no preço e podia ser utilizado em artefatos que não necessitavam da qualidade do aço.[10]

Mas, apesar de seu preço ser competitivo, a importação de ferro não conseguiu suprir as necessidades da Senegâmbia antes de 1680. De acordo com as estimativas de Curtin, suas importações anuais de ferro em 1680 chegavam a 150 toneladas e provavelmente eram inferiores na metade do século anterior. Esse ferro atenderia às carências de uma população restrita situada ao longo da costa norte de Gâmbia e do interior do Senegal até aproximadamente Futa Tooro, onde uma indústria local reduzia a necessidade de importações. Curtin observa que os comerciantes encontraram um mercado muito limitado para a importação de ferro nas regiões acima de ambos os rios antes da metade do século XVIII.[11]

Caso se presuma que cada família tivesse um conjunto mínimo de utensílios composto de uma enxada, um machado, uma grande faca (machete ou foice para desmatar os campos), pequenas facas para cortar e alguns arcos e flechas e lanças para caçar (excluindo artefatos para usos militares), podemos estimar que cada família possuía dois quilos de ferro em um dado momento, o qual necessitava de reposição a cada dois anos (para o ferro produzido no local; o ferro de baixa qualidade ou importado necessitava de reposição duas ou três vezes por ano), e, por conseguinte, cada família tinha um consumo anual de um quilo de ferro por ano.[12] Se em 1650 essa região costeira limitada possuísse uma população total de cerca de 1,5 milhão de pessoas,[13] organizadas talvez em 300 mil unidades familiares,[14] então essas famílias necessitavam de 300 toneladas de ferro local por ano. Mas se elas usassem ferro importado (com uma taxa de reposição mais alta), seria preciso no mínimo 1.200 toneladas para suprir suas carências. Assim, as importações provavelmente só atendiam a cerca de 10 a 15% de suas necessidades.

10. Ver Candice Goucher, "Iron Is Iron 'Til It Rust: Trade and Ecology in the decline of West African Iron-Smelting", *Journal of African History* 22 (1981): 179-89; L. M. Poole, "Decline or Survival? Iron Production in West Africa from the Seventeenth to the Twentieth Centuries", ibid., 23 (1982): 503-13.
11. Curtin, *Economic Change*, pp. 210-11.
12. Sobre a taxa de reposição, ver Poole, "Decline or Survival?" p. 507.
13. Cheguei a esta cifra recalculando as densidades demográficas da região citadas em Thornton, "Demographic Effect", pp. 710-14, por uma área aproximada dessa parte da região.
14. Com base no cálculo de cinco pessoas em cada família. Com esse objetivo, o número total de famílias equivale aproximadamente ao número de homens na faixa etária de 16 a 50 anos ou 20% do total.

Essa estimativa de consumo é baixa, presumindo um consumo mínimo de uma família, e exclui usos militares, uma das mais importantes utilizações do ferro. Por exemplo, em geral os cavaleiros na Senegâmbia, segundo descrições do final do século XVI, carregavam uma espada, uma lança com uma lâmina larga e sete ou oito lanças de arremesso menores, e seu cavalo e sela também utilizavam uma pequena quantidade de ferro[15] — tudo isso somando talvez dois quilos. Sendo assim, uma unidade de 500 cavalos usava uma tonelada de ferro, com uma taxa de reposição alta, pois alguns artefatos eram consumidos antes de se desgastarem (como as lanças de arremesso, as quais por essa razão podiam ser feitas de um ferro importado de qualidade inferior) e, mesmo de acordo com uma estimativa moderada das tropas de cavalaria, é provável que os 15 mil cavaleiros do litoral e os da região mais abaixo dos rios necessitassem de 30 toneladas de ferro — sem mencionar a infantaria numerosa, em que algumas de suas armas consumiriam a estimativa mencionada de consumo familiar, mas que provavelmente demandariam no total 10 ou 20 toneladas a mais.

Se o ferro da Europa não supria as necessidades de uma região carente desse metal, e com certeza não substituía o ferro de má qualidade por um melhor (pois, como vimos, o relacionamento era inverso), então o ferro importado dos países europeus tinha um papel muito mais complexo. Os africanos da Senegâmbia e de outros locais compravam o ferro barato europeu em barras (talvez a forma mais comum de compra), mas eles também compravam espadas de aço de ótima qualidade, as quais eram com certeza utilizadas já com seu acabamento final. Os africanos podiam, é claro, fazer suas próprias espadas, pois possuíam habilidades e metal de qualidade, porém sem dúvida a espada importada era também um item prestigioso, cujo valor não era estimado só por sua utilidade como arma. Isso explica por que os arqueólogos encontraram uma espada européia em um cemitério em Rao, que deve ter sido comprada (através do comércio transaariano) nos séculos XII ou XIII.[16] A distância que essa espada deve ter percorrido não é só um mero indício de sua utilidade.

15. De Almada, "Tratado breve", *MMA2* 3:241; Donelha, *Descrição da Serra Leoa*, fols. 18v-19.
16. J. Joire, "Découvertes archéologiques dans la région de Rao (Bas-Sénégal)," *BIFAN* 17 (1955): 262.

O mesmo ponto pode ser ainda mais detalhado na questão da importação de tecidos, pois ao contrário do ferro, cuja distribuição e condições de trabalho o predispunham a comércios de longa distância, o tecido poderia ser fabricado em qualquer lugar. Com certeza, os africanos não compravam tecido europeu porque não possuíam material próprio, nem se deve pensar que o tecido europeu era necessariamente melhor (em um sentido funcional de proteção contra agentes externos) ou mais baratos do que os seus correspondentes africanos. Os primeiros viajantes europeus elogiaram os tecidos da África ocidental; por exemplo, Fernandes e Pacheco Pereira falaram muito do tecido de Mandinga que eles e seus informantes encontraram.[17] Esse tecido foi amplamente comercializado na África ocidental, e os portugueses até mesmo levaram tecelões de Mandinga para as ilhas de Cabo Verde, onde eles criaram um comércio característico de tecidos que se tornou o principal produto comercial da África ocidental durante muitos séculos.[18]

A vitalidade das indústrias têxteis africanas pode ser medida no caso da África central onde, ao contrário do tecido europeu ou asiático (e até mesmo do tecido da África ocidental), a indústria local utilizava casca de árvore para fazer uma grande variedade de tipos de tecidos. Esses tecidos podiam ser de ótima qualidade, pois Pacheco Pereira escreveu no início do século XVI: "No reino do Congo eles fazem tecidos de palmeiras, com a superfície como veludo, e os desenhados como cetim aveludado são tão bonitos que não existe trabalho mais bem feito na Itália."[19]

Esse tecido era também abundante, visto que os produtores africanos foram muito eficientes, além de habilidosos. Os portugueses compraram muito tecido do Congo oriental para exportá-lo para as terras a leste de Angola, e um memorando sobre esse comércio datado de 1611 indica que a região do Congo oriental exportava só para Angola cerca de 100 mil metros de tecido por ano.[20] Esse nível de exportações sugere, ao se considerar o consumo doméstico e as exportações para outros locais da África, que a produção total talvez fosse duas vezes maior. Esse montante de exportações em uma região cuja população total provavelmente

17. Fernandes, "Descriçã", fol. 110v, 115; Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 1, cap. 29 (ed. Silva Dias), pp. 86-8.
18. António Carreira, *Panaria cabo-verdiano-guineense: Aspectos históricos e sócio-economicos* (Lisboa, 1960). Sobre o tecido de Senegâmbia em geral, ver Curtin, *Economic Change*, pp. 211-13.
19. Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 3, cap. 2 (ed. Silva Dias), p. 134.
20. Alvitre de Pero Sardinha, c. 1611, *MMA* 6:52-3.

não excedia a 150 mil pessoas situa o Congo oriental no mesmo nível dos grandes centros têxteis da Holanda na mesma época (como Leiden) — cuja produção total por ano chegava a 100 mil metros e cuja população total (urbana e rural) era talvez equivalente.[21]

Constata-se ainda que as importações européias não se destinavam simplesmente ao vestuário pessoal quando se considera o consumo da Costa do Ouro, um grande importador de tecido europeu, que absorvia uma quantidade de cerca de 20 mil metros de tecido da Europa e da Ásia por ano no início da metade do século XVII.[22] Esse comércio fornecia tecido para uma população composta, em um cálculo estimativo, por 1.500.000 pessoas, das quais cerca de 750 mil adultos, e um número aproximadamente igual de homens e mulheres.[23] Pode-se calcular com base em descrições do vestuário do povo comum de Acã feitas em relatos de viajantes, tais como o de Marees (1601) e de Müller (1688), que cada homem adulto vestia de três a quatro metros de tecido, e cada mulher talvez de quatro a cinco metros (incluindo o pano para carregar crianças), a maior parte um único pedaço de tecido enrolado em volta do corpo.[24] Se fizermos uma suposição mínima (contemplando os es-

21. Ver estatísticas em Braudel, *Wheels of Commerce*, p. 347.
22. Minha estimativa baseia-se em grande parte nos registros feitos por navios nos anos 1640 citados em Ray Kea, *Settlements, Trade and Politics on the Seventeenth Century Gold Coast* (Baltimore, 1982), pp. 208-10 e 405, notas 10-16. Kea avaliou que *cada* um dos 200 navios que visitaram a Costa do Ouro entre 1593 e 1607 carregavam 137 mil metros de tecido de um total de 27-36 milhões de metros de tecido importado, ou acima de 2.286.000 metros por ano (p. 208 fontes citadas na página 405, nota 10). Mas nem os documentos que ele cita nem os da nota seguinte (p. 405, nº 11) não comprovam as cifras tão elevadas de cada navio. Em vez disso, parecem sugerir que 137 mil metros eram o *total*, considerando um nível de importação anual na faixa de 10-12 mil metros, que aumentou ao longo do século.
23. Minha estimativa baseia-se no método de densidade demográfica média usado no Senegal, citado em Thornton, "Demographic Effect", pp. 710-14, para a metade da região sul da Costa do Ouro. Kea (*Settlements*, p. 139) calcula a população total dessa área em 656 mil pessoas (uma população adulta de 325 mil), valendo-se de uma projeção do tamanho do exército mencionado na literatura. Em uma nota, todavia, ele assinala que o multiplicador (4) usado para converter exércitos em população é muito baixo (na verdade, presume-se que todo homem adulto servisse ao exército) e cita uma opinião de Marion Johnson de que para o século XIX um número próximo a 8 (que daria uma população de cerca de 1.312.000 pessoas, quase o mesmo de minha estimativa) poderia ser mais preciso (p. 380, nota 64). A opinião de Johnson é reforçada pelo fato de que, ao contrário dos exércitos do século XIX, como Kea mostrou (pp. 149-67), os do século XVII eram pequenas forças de elite e não exércitos de massa, significando que um multiplicador mais elevado deveria ser utilizado.
24. Pieter de Marees, *Beschryvinge ende historische verhael vant Govt koninckvijck van Guinea...* (Amsterdã, 1602; edição atualizada com a numeração de páginas original assinalada, S. P. L'Honoré Naber, Haia, 1912); tradução para o inglês com a numeração de páginas original assinalada, Albert van Dantzig e Adam Jones, *Description and Historical Account of the Gold Kingdom of Guinea (1602)* (Londres, 1987), pp. 17a, 19b, 26a-b. Wilhelm Johann Müller, *Die Afrikansche*

cravos mais pobres) e determinando uma duração de dois anos para esse suprimento de roupa, então em média um adulto precisava de pelo menos um metro de tecido por ano e, por conseguinte, o consumo anual da Costa do Ouro seria de cerca de 750 mil metros de tecido. Os tecidos que vinham da Europa e da Ásia representavam, assim, 2% do consumo total, mesmo que isso não pressuponha o consumo da elite (com freqüência muito maior que a média), nenhum consumo de crianças e o uso de tecido para outros fins.

De fato, o consumo de tecido, muito mais do que o do ferro, era uma maneira de demonstrar prestígio, pois seu uso principal era mais para enfeitar o corpo do que para protegê-lo. A acumulação de grande quantidade de tecido e a exibição desse acúmulo simbolizavam o consumo explícito, o qual, dado o preço razoavelmente baixo de alguns tecidos, era acessível tanto para os ricos e poderosos como também para os camponeses e artistas ambiciosos e bem-sucedidos ou mercadores insignificantes. Na aquisição de tecidos luxuosos, estrangeiros e de cores pouco comuns, desenhos, texturas, e formas também tinham seu papel nesse consumo.

Nesse sentido, Müller, ao descrever o consumo de tecido da Costa do Ouro, critica o povo por sua vaidade em armazenar e exibir vestuários e pela grande exibição pública que membros ricos (e mesmo pessoas comuns) da sociedade faziam quando saíam.[25] Assim, pode-se entender melhor a dinâmica de demanda pelo tecido europeu. O povo acã "é tão vaidoso em relação ao vestuário... e quando se depara com um tecido ele tem de adquiri-lo, mesmo que tenha de pagar duas vezes mais por ele".[26] Por isso, ele observa que o preço pago pelos tecidos era com freqüência determinado mais pelo valor de seu prestígio do que pela sua utilização. É importante notar que o tecido mais caro e mais procurado não era o da Europa, mas o de Mandinga importado das regiões norte da Costa do Ouro.[27]

Pode-se fazer observações similares sobre a exibição do estoque de tecidos após a morte do rei de Loango, em 1624. Embora Loango fosse

auf der guineischen Gold Cost gelegene Landschaft Fetu (Hamburgo, 1673); fac-símile reeditado, Graz, 1968; tradução para o inglês com a numeração de páginas original em Adam Jones, ed. e trad., *German Sources for West African History, 1599-1669* (Wiesbaden, 1983), pp. 150-9.

25. Müller, *Afrikansche*, pp. 151-5.
26. Ibid., p. 152.
27. Ibid., p. 158 (o tecido de Mandinga era vendido a 1,5 libra de ouro, ao passo que os tecidos caros trazidos pelos europeus valiam até mais de dois florins, p. 156).

uma região produtora de um excelente tecido e tivesse exportado cerca de 20 mil metros para Angola em 1611,[28] os herdeiros do rei mostraram com orgulho um estoque que incluía uma grande variedade de tecidos europeus e asiáticos, e quase 700 metros de tecido do Congo oriental.[29] Essa mostra pretendia exibir a riqueza e o prestígio do governante, o orgulho representado pelo tecido estrangeiro e luxuoso.

Essa característica da produção têxtil explica por que tantas regiões africanas exportavam seus tecidos para a Europa e os importavam de lá, algumas vezes na mesma transação. Por conseguinte, o guia de João Afonso para os comerciantes franceses em 1530 relaciona o tecido como item a ser comprado e vendido ao longo da costa do Congo.[30] Mesmo Benim, que exportava 5-10 mil metros de tecido por ano através de seus portos para outras partes da África (sobretudo para a Costa do Ouro),[31] também importava linho da Holanda e tecido da Índia.[32] Possivelmente, o fato de as regiões produtoras de grande quantidade de tecidos serem as mesmas que importavam deve-se a um mercado têxtil bem desenvolvido por uma extensa produção local. O tecido europeu era importado para atender às demandas sempre em mutação de um tipo de consumidor diferenciado, que já havia se acostumado a usar grande quantidade de fazenda e se dispunha a comprar mais, sobretudo se fosse diferente e nova.

Assim, algumas das importações de regiões produtoras de tecidos, como Loango, destinavam-se ao consumo exibicionista e tinham uma conotação de prestígio, mas outras, como o tecido vendido em Aladá, sofreriam ainda outra transformação. Segundo o capitão inglês John Phillips, que visitou Aladá em 1694, a maioria das "sarjas e *perpetuans* *" que ele vendeu foi desfiada e entrelaçada em seus próprios tecidos, e revendida em outras partes da África. Alguns desses tecidos de Aladá até mesmo cruzaram o Atlântico, pois Phillips observou que cada um deles foi vendido por uma coroa em Barbados.[33] Esse complexo reapro-

28. Pero Sardinha, c. 1611, *MMA* 6:53-4.
29. Nicholas van Wassenaer, *Historisch verhael aller gedenckwaerdiger geschiedenissen die en Europa...*, parte oito, outubro de 1624 a abril de 1625 (Amsterdã, 20 de maio de 1625), fol. 28v.
30. Alphonse de Saintogne, *Voyages advantureux*, fol. 55.
31. Kea, *Settlement*, p. 210.
32. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 86, 93-8.
* *Nota da Tradutora*: Tipo de lã fabricado na Inglaterra no século XVI.
33. John Phillips, "A Journal of the Voyage in the Hannibal of London, Ann. 1693, 1694", em Awnsham Churchill e John Churchill, eds., *A Collection of Voyages and Travels*, 5 vols. (Londres, 1732), 5:236.

veitamento do tecido europeu com certeza antecedeu a visita de Phillips, e talvez milhares de tecido de Aladá vendidos pelos holandeses na Costa do Ouro nos anos 1640 tivessem uma composição similar.[34]

Todos esses fatos demonstram que o comércio afro-europeu não pode ser visto como uma simples troca de produtos essenciais, para suprir as carências de uma economia deficitária. Nesse contexto, é fácil entender a demanda dos africanos por uma ampla variedade de jóias baratas e contas, como as ubíquas *alaquequas*, uma pedra amarela do norte da África que Pacheco Pereira viu sendo vendida ao longo da costa da Senegâmbia.[35] Diversas contas eram há muito tempo manufaturadas na África — as contas akori, por exemplo, tinham uma antiga reputação na região da atual Nigéria.[36] Mas, ainda mais que o tecido, as contas eram valorizadas pelo seu prestígio e pela sua procedência do exterior, e talvez até mesmo pelo seu preço exorbitante! No caso dessas mercadorias a idéia funcional de uso deveria corresponder às preferências dos consumidores.

Essas preferências explicam, sem dúvida, por que os africanos demandavam tanta variedade de mercadorias da Europa. Após examinar as listas de importações holandesas para a Costa do Ouro, Kea avaliou que 150 diferentes produtos eram procurados, incluindo 40 tipos diferentes de tecido.[37] Além disso, a procura por determinado artigo mudava drasticamente, para a consternação dos mercadores que traziam milhares de produtos e não encontravam interesse por eles. Essas mudanças eram indicações claras de que os compradores estavam respondendo muito mais a modismos de produtos não essenciais do que à real necessidade de comercializar para satisfazer desejos básicos. Como Müller observou sobre o consumidor da Costa do Ouro: "em um momento eles gostam dessa nova moda, depois se interessam por outra; e tudo que lhes atraia eles querem ter... Essa é a razão pela qual tantas mercadorias não são vendidas e retornam para a Europa com grandes perdas."[38]

Por fim, muitos especialistas que estudam o comércio afro-europeu esquecem, com freqüência, que a África também exportava produ-

34. Kea, *Settlements*, p. 210.
35. Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 1, caps. 26, 27, 29, 31 (ed. Silva Dias), pp. 79-91 passim.
36. J. D. Fage, "Some Remarks on Beads and Trade in Lower Guinea in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", *Journal of African History* 3 (1962): 343-7.
37. Kea, *Settlements*, pp. 207-12.
38. Müller, *Afrikansche*, p. 152.

tos manufaturados para a Europa, inclusive têxteis. Já se mencionou os famosos tecidos mesclados de Aladá que o capitão Phillips viu serem vendidos por um preço elevado em Barbados, demonstrando que alguém (poderia ter sido escravos africanos?) estava disposto a pagar caro pela mercadoria. As esteiras de palha da Senegâmbia eram exportadas para o mercado europeu em grande quantidade. Esse comércio é mencionado em fontes antigas, e essas esteiras eram freqüentemente usadas na Europa como cobertas de cama. Elas devem ter sido produzidas e exportadas em grande número, pois no início do século XVIII um agente inglês em Serra Leoa foi instruído a comprar nada menos que um milhão de esteiras, "se puderem ser obtidas". Os africanos também produziam outros artigos para clientes europeus. O mais famoso deles foi "o marfim afro-português", na maioria em forma de colheres, mas também cornetas e saleiros. Esses artigos eram elaborados artisticamente em um estilo híbrido e se destinavam ao consumo da elite, mas eram numerosos o suficiente para ir além de uma simples produção pitoresca.[39]

Conclui-se, então, que o comércio da Europa com a África não pode ser visto como algo destrutivo, pois ele não espoliou nenhuma linha de produção africana nem impediu o desenvolvimento fornecendo produtos que poderiam ter sido manufaturados na África, mesmo quando se faz a diferença entre tecidos ou aço de boa ou má qualidade. Portanto, não havia razão para que os africanos desejassem cessar o comércio ou que o desejo de continuar se baseasse na necessidade.

O MERCADO E O ESTADO NO COMÉRCIO DO ATLÂNTICO

Os europeus não saquearam a África, nem como invasores ou indiretamente como comerciantes provenientes de uma economia mais adiantada. Entretanto, especialistas (tal como Rodney) também sugeriram que, qualquer que fosse o nível do desenvolvimento econômico, os europeus possuíam algumas vantagens organizacionais, seja porque tinham uma noção mais elaborada de lucros do que os africanos, possuíam uma organização comercial mais bem estruturada ou porque eram capazes de restringir as importações para a África de modo a criar um monopó-

39. O comércio de esteiras é abordado em Kathy Curnow, "The Afro-Portuguese Ivories: Classification and Stylistic Analysis of a Hybrid Art Form", 2 vols. (dissertação de doutorado, Universidade de Indiana, 1983), pp. 61-2.

lio parcial. Qualquer desses fatores pode ter dado vantagens comerciais aos europeus e talvez tenham permitido que eles obtivessem lucros elevados ou que tivessem forçado os africanos a aceitar linhas de comércio indesejáveis.[40]

Antes de iniciar a análise desse aspecto do problema, deve-se observar que o comércio inter-regional desse período não era apenas de um grupo de comerciantes europeus que viajava para a África para comprar qualquer coisa que quisesse dos mercados ou dos produtores africanos e, em troca, seguir as leis de oferta e demanda. Embora os mercados das cidades possam ter servido para esses propósitos, apesar de os comerciantes terem preferido o fluxo comercial tranqüilo, o comércio realizado em locais mais distantes quase nunca era uma simples transação. Isso porque a maioria dos governos, por toda parte, considerava o comércio de longa distância como sob sua jurisdição, a ser governado e controlado por eles e, em última instância, para servir mais às suas necessidades do que às dos compradores ou vendedores.

Os governantes africanos e europeus perceberam, sem dúvida, que eles não conseguiriam controlar esse tipo de comércio, porque as distâncias, os riscos e outras deficiências de mercado implícitos eram muito grandes. Na verdade, os Estados teriam perdido dinheiro caso tivessem se apoderado do controle do comércio, pois ele se parecia muito pouco com as relações comerciais modernas com seus regulamentos monetários, sistema bancário internacional, segurança de rotas marítimas e rápida comunicação. Em vez disso, os Estados provavelmente esperavam que com suas reivindicações de controle comercial eles poderiam "dobrar" as forças do mercado, o suficiente para gerar lucros e limitar a margem de riscos, o suficiente para serem ressarcidos. Se suas políticas falharam em atingir seus objetivos, deve-se acrescentar que essas reivindicações direcionavam-se mais para estabelecer o direito da comunidade internacional de distorcer o mercado do que na verdade realizá-lo com êxito.

Assim, o exame da dimensão organizacional do comércio africano com a Europa revela que ele era o reflexo do comércio da Europa com a África. Ambos os parceiros buscavam um comércio "administrado", sob o controle do Estado, que tentasse eliminar ou controlar os efeitos dos mecanismos de mercado como a competição, na expectativa de assegurar o máximo de rentabilidade para o comércio. Isso era uma realidade, mesmo que o Estado em geral preferisse autorizar comerciantes particulares a desbravar novos nichos comerciais (como no caso dos primórdios da exploração européia) ou, se possível, assumir os riscos e absorver os custos. Desde o início — as negociações de Gomes com diversos governantes da África ocidental —, o comércio foi controlado pelos respectivos estados dos países da África e da Europa, e, embora os aspectos econômicos rotineiros de oferta e demanda e a necessidade de recompensar a iniciativa privada não pudessem ser totalmente negligenciados, isso sempre foi visto como algo secundário em relação ao objetivo principal de controlar os participantes, o que significava usar o comércio como meio para aumentar as receitas dos Estados. Essa expansão de receita teria prioridade sobre outras considerações econômicas, mesmo aquelas que poderiam ter aumentado o volume ou a globalização dos rendimentos. Se os comerciantes privados lucrassem, tudo bem, mas isso não era uma preocupação essencial dos Estados, embora muitos governos tenham percebido que só por meio da garantia de algum nível de lucro privado o comércio prosseguiria.

Com freqüência, essa preocupação com rendimentos significava que os Estados preferiam envolver-se no comércio usando agentes assalariados ou comissionados, e vendendo produtos obtidos através do controle tributário e da produção. Em outros casos, eles se contentavam simplesmente em taxar um produto, o qual então passava para o controle da burguesia, um grupo de comerciantes que vivia sobretudo da renda do comércio. Quando possível, eles podiam aumentar o lucro desse grupo garantindo aos membros preferidos um monopólio ou ao menos distorcendo o mercado em seu favor e, presumivelmente, aumentando o montante do lucro (e portanto das receitas dos impostos) e sua capacidade de taxar uma única e visível fonte.

Em relação aos europeus do norte depois de 1600, o papel do Estado era exercido por companhias paraestatais licenciadas, como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, a English Royal Africa Company, ou a French Senegal Company que fizeram seus próprios ajustes com comerciantes privados. Com freqüência, os dois tipos de comércio, que poderiam ser classificados toscamente de privado *versus* patrocinado pelo Estado, coexistiram ou se alternaram com desconforto, à medida que os dirigentes buscavam uma fórmula para maximizar as receitas e minimizar os esforços e custos.

40. Ver Rodney, *Upper Guinea Coast*, pp. 83-94, 122-51, 171-99; Austen, *African Economic History*, pp. 90-5.

Por conseguinte, os mercadores europeus que pretendiam negociar com os mercados africanos tinham de fazer diversas negociações complexas antes de iniciar a troca comercial. Mosto, ao chegar no rio Senegal em 1455, e um dos primeiros a registrar essas transações, nos dá um exemplo interessante. Pode-se designar esse mercador veneziano como um comerciante "privado", e sua primeira ação foi de negociar com Portugal para obter a licença para navegar na Guiné.[41] Esse requerimento fez-se necessário porque o rei de Portugal reivindicou soberania sobre as rotas comerciais do oceano Atlântico, e, por meio desse pleito, que os papas[42] (mas nem todas as potências da Europa) reconheciam, também reivindicou o direito de limitar o acesso, fixar itinerários e impor tributos aos que comercializavam nessa área.[43]

Ao obter sua licença do Estado que controlava o término do ponto comercial europeu, Mosto partiu para o local onde teria de se submeter a outras séries de negociações com o governante de Kayor, chefe do Estado que controlava o ponto final do lado africano. Embora ele não revele todas as complexidades em um cenário que estava começando a se delinear, é bem claro que suas discussões com o governante e sua longa estadia com um nobre local fizeram parte da transação, pela qual ele conseguiu por fim obter um carregamento.[44] Os comerciantes particulares com quem Mosto negociou tiveram, sem dúvida, de fazer seus próprios arranjos em Kayor, porém ele não revela quais foram.

Visitantes posteriores mostraram a natureza imprecisa desses relacionamentos. Quando Pieter van den Broecke, um mercador holandês que agia sem muita interferência estatal da Europa, realizou uma viagem a essa mesma área em 1605, ele não pediu permissão de Portugal, embora soubesse que os navios portugueses poderiam atacá-lo por violar suas reivindicações de soberania — que já vinham sendo violadas impunemente por navios ingleses e franceses.[45] Mas os comerciantes holandeses, assim como os de outros países europeus que visitaram a

41. Mosto, "Novo Mondo" (ed. Gasparrini-Leporace), pp. 11-13.
42. Depois da publicação da bula papal, *Romanus Pontifex*, 8 de janeiro de 1455, em *MMA2* 1:277-86.
43. As complexidades legais das reivindicações de Portugal são discutidas em detalhe em Martina Elbl, "Portuguese Trade with West Africa, 1440-1520", (dissertação de doutorado, Universidade de Toronto, 1986), pp. 243-55.
44. Mosto, "Novo Mondo" (ed. Gasparrini-Leporace), pp. 49-50.
45. Van den Broecke, *Reizen* (ed.Ratelband), pp. 5-8.

África em sua época, logo perceberam que eles sofriam restrições em seus países de origem, pois em 1621 a Dutch West Company, ou Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, licenciou-se e fez os mesmos pleitos que os de Portugal em relação aos comerciantes holandeses desejosos de negociar com a África. Essa companhia serviu de modelo para muitas outras companhias licenciadas que atuavam fora da França e da Inglaterra, e funcionou como hospedeira para outros países do norte da Europa, como Dinamarca, Brandenburgo, Suécia e Curlândia.

Entretanto, para van den Broecke, bem como para todos os outros que se seguiram, os Estados africanos ainda exerciam vários mecanismos de controle estatal. Embora ele não tenha feito visitas demoradas aos governantes de Kayor, foi obrigado a fazer uma visita de cortesia a um "alcaide" do governante, a quem pagou um tributo, provavelmente em troca do direito de comércio privado. Por outro lado, quando van den Broecke visitou outras partes da África, sua experiência assemelhou-se à de Mosto. Em Loango, aonde ele foi três vezes entre 1606 e 1612, visitava com regularidade o governante, pagava impostos e negociava condições comerciais, tal como em Ngoyo e Nsoyo, outros Estados africanos na região central da África.[46] Apesar do fato de que esses Estados atuassem no comércio atlântico há cerca de um século quando van den Broecke os visitou, a necessidade de controle estatal ainda requeria negociações, havia impostos em forma de presentes e visitas de cortesia aos governantes.

Esses dois visitantes revelaram algumas das complexidades do comércio africano. Por sua vez, havia uma série de pleitos das potências européias referentes à navegação ou reivindicações das companhias licenciadas, como mais tarde comerciantes holandeses, franceses e ingleses mostrariam, que incluíam tributação, controle sobre rotas e itinerários ou especificações relativas a produtos a serem vendidos ou comprados. Por outro lado, existiam outros procedimentos solicitados pelos africanos quanto aos produtos a serem comprados, impostos ou tarifas aduaneiras, preços diferenciados para pessoas de status diverso, e assim por diante, que se originavam das necessidades e solicitações dos vários Estados africanos.

46. Ibid., pp. 6, 22, 30-1, 59.

MONOPÓLIO E COMPETIÇÃO NO COMÉRCIO DO ATLÂNTICO

Embora o controle estrito sobre as atividades dos europeus fosse, em grande parte, uma questão de assegurar que o comércio se conduziria segundo as regras do Estado e em benefício do governante e do erário, existia também uma tentativa subjacente de obter monopólio em face dos parceiros comerciais africanos. Assim, pelo menos uma parte do sistema de controle de garantia de retornos financeiros tinha também como objetivo conseguir melhores preços, por meio do controle sobre o suprimento de mercadorias. Em resumo, o comércio europeu na África tentou distorcer o mercado a seu favor e contra seus parceiros africanos. O grau de sucesso dessa política pode indicar se os europeus foram os parceiros mais desenvolvidos ou dinâmicos nessa relação comercial.

A esse respeito, Pacheco Pereira em sua pesquisa sobre o comércio de Portugal, no início do século XVII, reclamava com freqüência que, em virtude de o comércio não ser "bem administrado", as condições comerciais para a venda de cavalos em troca de escravos pendiam em favor dos africanos.[47] É evidente que isso significava que enquanto a Coroa controlasse os estoques e a oferta de preços para os africanos, estes teriam de aceitar esse preço, cujo valor máximo seria atribuído pelo preço mais elevado do comércio transaariano de cavalos ou por outras fontes de suprimento.

Como Pacheco Pereira percebeu muito bem, e sem dúvida também a Coroa portuguesa, a criação de um monopólio de suprimento de produtos europeus nas mãos da Coroa ou das pessoas designadas por ela asseguraria rendimentos mais elevados e um aumento da receita da Coroa. Porém, na verdade, a Coroa portuguesa e todos os agentes que tentaram isso falharam. Com esse fracasso, adveio o insucesso da exploração da comunidade comercial africana.

Existiram dois fatores contrários à política européia (e devemos admitir a hostilidade da África a esse respeito). Primeiro, havia a possibilidade de que as potências estrangeiras, cientes da recompensa dos ganhos a serem obtidos no comércio local, procurassem comercializar na costa da África e suplantar os preços fixados pelos portugueses por meio da competição. Segundo, havia o perigo de que agentes portugueses, fossem funcionários do governo ou comerciantes particulares agindo com ou sem licença, reduzissem o controle estatal ou competissem entre eles.

47. Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 1, caps. 26, 28 (ed. Silva Dias), pp. 79, 82.

Para enfrentar a primeira eventualidade, a Coroa de Portugal procurou obter o reconhecimento de outras potências européias sobre suas reivindicações de comércio na Guiné. Ela conseguiu o apoio papal e buscou ganhar a aceitação dessa soberania por parte de outros países europeus. Apesar do reconhecimento desses pleitos pelos papas, essa legitimidade não era totalmente segura ou amplamente respeitada. Desde o início das navegações portuguesas, existiram os competidores de Castela. Só em 1479, como parte do acordo geral entre Portugal e Castela, este reino aceitou com relutância a soberania de Portugal sobre as rotas marítimas ao largo das Canárias, embora os registros portugueses revelem que os navios particulares continuassem a comercializar na área e até mesmo a pagar impostos pelo dinheiro apurado em suas transações.[48] Os castelhanos não estavam sós, pois nesse mesmo ano Eustace de la Fosse realizou uma viagem de Flandres para a Costa do Ouro, mas acabou sendo capturado pelos navios portugueses.[49] Os projetos de viagens da Inglaterra se seguiram logo após, e no início do século XVI navios franceses cruzavam regularmente o sul do Atlântico violando as reivindicações portuguesas e os ditames papais.[50]

Como era típico da natureza desses pleitos da Coroa de Portugal, o governo português tentou cessar essas viagens capturando os navios e suas cargas (uma ameaça ainda mais atemorizante porque os portugueses anunciaram que jogariam a tripulação no mar), bem como encaminhando petições diplomáticas formais aos países de origem dos comerciantes europeus rivais. Os embaixadores portugueses enviados à Espanha, França e Inglaterra tentaram com regularidade que os governantes desses países ordenassem a seus súditos de desistirem de seus planos de navegar pelo Atlântico; eles alcançaram diversos níveis de sucesso.[51] O apelo aos governantes para controlar o comércio revela a

48. Ver Elbl, "Portuguese Trade", pp. 246-51, para uma discussão interessante sobre o assunto. Os arquivos espanhóis que Elbl pesquisou revelaram que muitos navios de Castela comercializaram nessa área e pagaram o "quinto" após seu retorno (pp. 340-1).

49. Ver esse relato em *MMA2* 1:464-79.

50. John Blake, *Europeans in West Africa (1450-1560)*, 2 vols. (Londres, 1942), 2:107; Teixeira da Mota, "As rotas marítimas", pp. 27-33.

51. Muitas dessas atividades diplomáticas podem ser vistas nas diversas cartas do início do século XVI em ANTT, Colleção São Vicente, vol. 2, fols. 258-60; vol. 5, fols. 156-62, 457-62, 463, 471, 519. Ver também M. E. Gomes de Carvalho, *D João III e os Franceses* (Lisboa, 1909).

postura generalizada dos europeus em relação ao papel do Estado em promover o comércio, obtendo concessões para exercê-lo ou algo semelhante, mesmo que todas as partes reconhecessem que haveria algumas viagens ilegais particulares a despeito da desaprovação real.

Ao mesmo tempo que procurava encerrar a participação estrangeira, a Coroa também tentava controlar a participação de seus próprios cidadãos. Nesse caso, os custos de supervisionar o comércio tinham de ser ponderados contra os benefícios do monopólio, e a dinâmica desses dois fatores configurou a política de Portugal nos primeiros anos. Em geral, a Coroa algumas vezes buscou participar do comércio diretamente, e em outros evitou a sua participação, pois o comércio de longas distâncias era sempre arriscado.

Portanto, à época das primeiras viagens, o rei de Portugal decidiu permitir que comerciantes particulares (portugueses ou estrangeiros, como Mosto) obtivessem licenças em troca de uma remuneração.[52] Dessa forma, a Coroa conseguia algum rendimento do comércio, mas não corria riscos, pois as viagens malsucedidas pagavam a remuneração do mesmo modo que as bem-sucedidas. No entanto, como a utilidade e o valor de alguns produtos foram demonstrados, os governantes ficaram descontentes com um simples pagamento dos mercadores e começaram a insistir em um monopólio real para negociar uma extensa lista de produtos, começando com ouro e escravos, mas logo se estendendo a diversos tipos de tecidos, moedas e outras mercadorias que eram utilizadas na troca comercial do Atlântico.[53] Em breve, navios reais foram preparados para navegar no Atlântico; em 1504 havia 14 navios a serviço da Coroa no comércio com a África.[54]

Por outro lado, os monopólios reais e a participação comercial direta não significavam que a Coroa se assenhoreara do comércio. Em geral, a Coroa ainda preferia negociar, trocando a receita garantida (paga adiantada) pelas incertezas que sempre acompanhavam um comércio que envolvia longas viagens marítimas, enfrentando piratas e comerciantes particulares de toda sorte, carregando mercadorias que poderiam perecer ou estragar antes de chegar ao mercado. Nesse sentido, a Coroa

52. Para detalhes sobre esse período, ver Elbl, "Portuguese Trade", pp. 253-9, 312-18.
53. Ibid., pp. 159-66.
54. ANTT, núcleo antigo, vol. 799, fols. 115-58, como analisado em Elbl, "Portuguese Trade", p. 619.

decidiu agenciar seu poder de monopólio a particulares, dando a cada um deles uma parte do monopólio real em troca de uma renda fixa. O monopólio assegurava ao detentor da concessão mais certeza de lucro e um volume maior, se outros fatores (não-econômicos) permitissem, embora na prática a Coroa não se empenhasse muito no cumprimento dos acordos e com freqüência violava o monopólio do concessionário.[55] Por fim, a Coroa negociava praticamente todos os seus direitos, exceto aqueles que incidiam sobre o comércio do ouro.[56]

Um grande problema que a Coroa de Portugal enfrentou em relação aos seus pleitos de monopólio sobre o comércio europeu foi o custo do cumprimento da lei. Com o objetivo de garantir que o sistema se guiaria segundo seus interesses, a Coroa começou a enviar agentes para a África — para Arguim, em 1469, para supervisionar o comércio de ouro e escravos da costa do deserto, para Cabo Verde para inspecionar os interesses reais, para Mina para supervisionar o comércio real de ouro, para São Tomé, e depois para pontos ao longo do litoral africano: para Cacheu nos "Rios da Guiné", uma passagem rápida para verificar o comércio na área de Benim, para Mpinda e Mbanza Kongo no Congo e, posteriormente, para a colônia de Angola.[57] Esses agentes e os funcionários do governo associados a eles tinham a responsabilidade de inspecionar se o comércio real das mercadorias consideradas como monopólio estava sendo gerido de acordo com um conjunto de regras, incluindo uma série de salvaguardas bem elaboradas contra a má-fé de seus funcionários, e que comerciantes particulares, estrangeiros e outros estavam seguindo as regras de Portugal referentes ao licenciamento e ao controle de mercadorias.[58]

Ao final, entretanto, tanto os cidadãos como os funcionários do governo (os quais eram, em geral, ricos mercadores que haviam comprado suas posições) que participavam do comércio colaboraram para indeterminar a eficácia de qualquer monopólio comercial. Para um fun-

55. O cuidadoso exame que Elbl realizou nos documentos revela que as realidades eram menos bem definidas ("Portuguese Trade", caps 6 e 7).
56. John Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682* (Atenas, Georgia, 1979), pp. 58-92. Esse comércio parece ter permanecido rentável para a Coroa até a metade do século XVI (Elbl, "Portuguese Trade", pp. 618-19).
57. Avelino Teixeira da Mota, "Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos portugueses na África ocidental nos séculos XV e XVI", *Anais do Clube Militar Naval* 101 (1976): 687-92.
58. Ibid., pp. 690-2, para uma análise dos *regimentos* sobreviventes, ou instruções para os agentes.

cionamento adequado, o comércio precisava ser realizado totalmente sob a supervisão governamental, porém isso era impossível na costa da África — sobretudo porque os comerciantes particulares europeus e alguns funcionários logo descobriram que os governantes africanos dispunham-se a ceder suas próprias concessões privadas, permitindo-lhes lucrar com o comércio, em vez de serem simples agentes. Comerciantes particulares e funcionários de segundo escalão a serviço de Portugal, agastados com os regulamentos portugueses, perceberam também que sua posição no sistema de remuneração do comércio controlado faria com que seus rendimentos permanecessem sempre baixos, e então passaram para o lado dos africanos ou ao menos ofereceram seus serviços para eles em troca de uma posição mais elevada no sistema do que Portugal poderia oferecer.

Nos anos 1520, havia alguns colonizadores independentes chamados, com freqüência, de *lançados* distribuídos em diversos lugares na África aliados às autoridades africanas. O navio real *Santiago* comprava mercadorias deles em Serra Leoa em 1526, e viajantes ao longo de toda a costa notaram sua presença. Ao final do século XVI alguns ocuparam postos importantes em estados da Senegâmbia, e a maioria que habitava na região dos rios da Guiné casou-se com mulheres locais e lhes foi permitido criar seus próprios núcleos de povoamento. Muitos desses colonizadores eram provenientes das ilhas de Cabo Verde, e suas conexões com o comércio privado proviam essa área; não é surpreendente que alguns fossem cristãos-novos (judeus portugueses convertidos), cujas chances de prosperar a serviço de Portugal eram limitadas.[59]

Embora a presença da feitoria real e de uma supervisão escrupulosa limitasse o crescimento desse tipo de comunidade na Costa do Ouro,[60] grupos de portugueses de São Tomé e Príncipe estabeleceram-se na maioria dos Estados do Golfo da Guiné. Portugueses de São Tomé estavam bem em evidência em lugares como Aladá na metade do século XVII e ocupavam uma posição de honra no sistema de governo: o guia comercial holandês de 1655 até mesmo anotou os presentes que deveriam ser dados ao "português".[61] Do mesmo modo, Villault, ao navegar pela costa em direção ao sul em 1667, observou que os mulatos portugueses que viviam ao longo do litoral de Serra Leoa a cabo Mount dominavam totalmente o comércio, os quais supostamente haviam ido para o interior sob pressão real em 1604.[62] Apesar de essa data ser questionável, é claro que esses trânsfugas tinham também conexões políticas — caso contrário não teriam dominado o comércio.

59. Ibid., p. 687.
60. Ibid., pp. 689-91.
61. UBL:BPL, MS. 927, "Aenwijsingse van diversche Beschrijvingen van de Noort-Cust van Africa", fol. 12v.

Na África central, onde a inexistência do comércio de ouro não atraía diretamente os interesses da Coroa, essa tendência era ainda mais evidenciada. Colonizadores portugueses de São Tomé logo se tornaram uma comunidade favorecida no Congo, e depois também em Dongo, cujos governantes os apoiavam contra as reivindicações do governo de Portugal.[63] Os navios portugueses que visitaram o Congo entre 1525 e 1535 registraram a compra de escravos de colonos portugueses locais — alguns, como Manuel Varela, eram funcionários do governo no Congo e desfrutavam do favor real.[64] Como os desertores da África ocidental, muitos dos desertores da África central eram cristãos-novos. Uma investigação realizada em Luanda em 1596-7 pelo tribunal da Inquisição de Lisboa revelou uma cadeia de povoamentos estabelecida em toda a área pelos cristãos-novos que ocupavam postos no Congo (e com freqüência postos na Igreja e na administração do Congo) e em seus vizinhos a leste, bem como em Estados da região de Dembos e Dongo.[65]

Para refrear o potencial desses trânsfugas de expandirem-se a expensas do Estado português, a Coroa tentou agrupar todos os portugueses em povoamentos supervisionados, sob controle de um agente

62. Nicholas Villault, Sieur de Bellefond, *Relation des costes d'Afrique apellée Guinée* (Paris, 1669); a tradução inglesa, *A Relation of the Coasts of Africa called Guinea* (Londres, 1670), p. 84, é citada.
63. John Thornton, "Early Kongo-Portuguese Relations: A New Interpretation", *History in Africa* 8 (1981): 193-4.
64. Os livros dos quatro navios que visitaram o Congo nesse período encontram-se em ANTT CC, sec. II. Todos registram a compra de escravos de moradores do Congo; ver 128/3, Livro do *Conceição*, 28 de agosto de 1535 (com a data errônea de 1525 na folha da capa do arquivo); 1927/27, Livro do *Santo Espírito*, 30 de janeiro de 1535 (*MMA* 15:98-102); 203/16, Livro do *Urbano*, 11 de agosto de 1535 (*MMA* 15:115-18); e 204/39, Livro do *Conceição*, 6 de outubro de 1535 (*MMA* 15:124-30). Manuel Varela é mencionado como vendedor de escravos em ambas as visitas do *Conceição* em 1535 (ANTT CC II/128/3, II/204/39) (*MMA* 15:125). Outras fontes o citam como portador de uma carta para Afonso I de Portugal (Afonso para João III, 25 de julho de 1526, *MMA* 1:480). Ele também é citado como tendo perdido mais de 70 cruzados correspondentes ao valor do dinheiro *nzimbu* porque os navios não foram apanhar seus escravos no porto de Mpinda (inquérito conduzido por Diogo I, 12 de outubro de 1458, *MMA* 2:200-1).
65. ANTT, Inquisição de Lisboa, 159/7/877, Visita a Angola, 1596-7, fols. 23-23v, 54v-55v, 58, 63, 64-88v.

designado pelo rei, embora a maioria dessas tentativas não tenha dado o resultado esperado, mesmo para a Coroa. O fato de que elas não prosseguiram revela que a Coroa decidiu encarar o projeto como um fracasso. Isso parece ter ocorrido quando o governo de Portugal tentou basear todas as operações da costa da Alta Guiné em um único ponto — justificando que poderia proteger melhor seus cidadãos contra a agressão da população local e rechaçar "piratas" estrangeiros. Um forte foi edificado em 1591 e logo depois foi atacado pelo povo local, e, embora Almada, que relatou todo o episódio, fosse claramente a favor do movimento, esse fato foi danoso para o comércio do governo e talvez para os *lançados* que se haviam reinstalados no local.[66] Analogamente, os planos feitos em 1606 para uma "conquista" de Serra Leoa, semelhantes aos realizados antes em Angola, também incluíam um grupo de mercadores e moradores portugueses em um mesmo local, sob o controle de um capitão.[67]

Essas idéias também estavam subjacentes a numerosas tentativas de governantes portugueses de indicar um capitão para a comunidade portuguesa no Congo, apoiadas algumas vezes pelos governantes do Congo, desde que isso não interferisse com seus clientes entre a comunidade portuguesa.[68] Por exemplo, em 1574 o rei Sebastião de Portugal procurou reagrupar novamente a comunidade portuguesa no Congo, depois de ter ajudado o rei do Congo a expulsar os "jagas" do país.[69]

Por fim, a Coroa esperou que o estabelecimento de uma colônia em Angola realizaria o que a diplomacia no Congo falhara. Embora a colônia tenha com certeza ajudado a manter o controle ao redor da foz do rio Cuanza, os portugueses instalados mais além continuaram a fazer alianças locais e, assim, não sofriam supervisão. Para reprimir isso, a política adotada pelo governantes no século XVII foi uma variante das iniciais. Eles forçaram a realização do comércio em *feiras*, mercados dirigidos por um funcionário português, nos locais mais importantes dos maiores parceiros comerciais de Angola. Mercados do governo similares parecem ter sido organizados ao final do século XVI,[70] mas o sistema só

66. Almada, "Tratado breve", *MMA2* 3:285-6, 300-4.
67. Doação da capitania de Serra Leoa para Pedro Alvares Pereira, 4 de março de 1606, *MMA2* 4:129-39.
68. Thornton, "Early Kongo-Portuguese Relations", pp. 195-7.
69. Sebastião I para Francisco de Gouveia, 19 de março de 1574, *MMA* 3:120-1.
70. Como indicado nas declarações a respeito de *resgates* e *feiras* em ANTT, Inquisição de Lisboa, 159/7/877, Visita a Angola, por exemplo, fol. 23 ("Cabonda, terra de Angola em q̃ os portugueses residẽ"), e passim.

foi formalizado no início do século XVII.[71] Esse sistema provavelmente também falhou em controlar os *sertanejos* — os portugueses que continuavam a fazer seus próprios acordos com as autoridades africanas.

Essas políticas implementadas para assegurar o controle e a participação da Corte no comércio africano segundo suas normas resultaram na conquista de Angola nos anos 1570 e motivaram projetos de outras conquistas, sobretudo as dos rios da Guiné e de Serra Leoa. Na verdade, essas tentativas eram, em última instância, conseqüências do plano da Coroa portuguesa de centralizar e monopolizar o comércio, provavelmente para obter um preço monopolista contra os africanos e para garantir seu próprio rendimento ou o de seus licenciados. Mas, ao final, enquanto os Estados africanos preservaram sua soberania, a Coroa portuguesa nunca conseguiu dominar completamente o comércio.

Ao longo do século XVI os portugueses fizeram sérias e freqüentes tentativas temporariamente bem-sucedidas de manter potências estrangeiras fora do comércio africano, embora a longo prazo eles tenham fracassado até mesmo na Costa do Ouro, onde se encontrava sua posição mais sólida. Em parte esse fracasso deveu-se à impossibilidade de manter um poderio marítimo capaz de afastar os navios estrangeiros, mas principalmente porque os africanos não estavam submetidos a Portugal e não podiam ser impedidos de negociar com estrangeiros ou com agentes e funcionários subalternos da Coroa portuguesa.[72]

Esses comerciantes estrangeiros do século XVI eram, em geral, mercadores particulares, e os governos de seus países de origem nem sempre os apoiavam contra os pleitos dos portugueses (embora eles raramente tenham aceitado as demandas de Portugal de cessar sua atividade). Mas, no século XVII, os holandeses fizeram uma importante investida contra as reivindicações monopolistas de Portugal. Eles argumentaram que isso era uma extensão da guerra espanhola nos Países Baixos e, como a Espanha absorvera a Coroa portuguesa em 1580, os holandeses também estavam em guerra com Portugal. Os holandeses não fizeram essa investida simplesmente enviando comerciantes particulares, apesar de os mercadores holandeses freqüentarem a costa da África desde 1590,

71. Beatrix Heintze, "Das Ende des Unabhängigen Staates Ndongo (Angola): Neue Chronologie und Reinterpretation (1617-30)", *Paideuma* 27 (1981): 200-1.
72. Para uma discussão racional e atualizada da política de Portugal na Costa do Ouro e o sucesso dos ingleses em frustrá-la, ver Avelino Teixeira da Mota e P. E. H. Hair, *East of Mina: Afro-European Relations on the Gold Coast in the 1550s and 1560s* (Madison, 1988).

mas em vez disso eles licenciaram uma companhia, a primeira, Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1621. Essa companhia, um reflexo do sistema de governo discrepante e descoordenado da república holandesa, combinava capital de cada cidade que constituía o Estado, e em troca do pagamento de dividendos para os conselhos das cidades participantes das rendas advindas de seu comércio (ou seja, uma espécie de imposto), lhe foram concedidos os poderes de um Estado. Em resumo, era em si uma espécie de Estado, e logo começou a operar no comércio nessa qualidade.[73]

No início de sua carreira, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tentou retirar o controle do sul do Atlântico de Portugal, conquistando partes do Brasil e depois atacando sistematicamente as possessões portuguesas na África — o posto de Mina caiu em 1637, os de Príncipe e Angola em 1641, e o de São Tomé em 1647.[74] Embora os holandeses tenham justificado a investida contra os pleitos monopolistas portugueses pela defesa dos direitos de liberdade marítima, eles rapidamente reivindicaram a soberania quase da mesma forma. Assim, quando companhias inglesas, dinamarquesas, suecas e alemãs organizadas segundo os moldes da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tentaram comercializar com a Costa do Ouro, os holandeses afirmaram sua hegemonia e procuraram capturar navios e carregamentos.[75] Por conseguinte, nos anos 1660 os ingleses e holandeses guerrearam pela supremacia da Costa do Ouro.[76]

Mas essas reivindicações não atingiam os habitantes da costa. Na melhor das hipóteses, como os pleitos dos portugueses de que eles agora haviam se apropriado, a companhia holandesa esperava dominar as importações marítimas na África de modo a conseguir um monopólio comercial. Assim como seus predecessores portugueses, os diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais confiavam que poderiam usar sua capacidade militar para limitar a competição, a fim de aumentar seu lucro.

Entretanto, os holandeses foram menos bem-sucedidos do que os portugueses, como é claramente demonstrado em um relatório retrospectivo escrito por Heerman Abramsz para os diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, após seu retorno para a Holanda depois de um longo serviço como diretor de operações da companhia na África ocidental, em 1679. O relatório mostra o quanto os holandeses foram incapazes de manter o monopólio que eles haviam usurpado dos portugueses, e como as companhias inglesas, suecas e dinamarquesas tinham penetrado no comércio, estabelecendo edificações e postos, e fazendo seus próprios acordos com os governantes africanos, rejeitando com firmeza as reivindicações dos holandeses até mesmo em áreas nas quais eles tinham postos.[77]

Mesmo nos locais nos quais elas haviam desistido de seus planos grandiosos de controlar todo o comércio marítimo, essas companhias ainda esperavam formar uma relação exclusiva, em geral por um tratado formal com um único Estado africano, na esperança de estabilizar os preços e eliminar a competição. As reclamações constantes nos relatórios das companhias sobre as tentativas de suplantar os preços pagos pelos rivais europeus e a "inconstância" dos africanos que se recusavam a firmar tratados comerciais revelam claramente tanto as tentativas quanto os resultados.[78]

Os aspectos da fixação de preços desses tratados não tiveram êxito, mas eles garantiram que os suprimentos de mercadorias encontrariam um mercado. Por conseguinte, mesmo que não tivessem conseguido impor um preço monopolista a seus compradores africanos, os europeus poderiam pelo menos ter certeza de que seus navios teriam a permissão de vender suas cargas antes de outras nações ou companhias, em troca de produtos africanos. Isso diminuiu os riscos do comércio — nenhum comerciante queria fazer uma longa e perigosa viagem para se deparar com a inexistência de mercadorias à venda. A expectativa de que o risco comercial se reduziria levou os europeus a persistirem nos tratados comerciais com os africanos — e talvez a mesma razão motivou os

73. Charles Ralph Boxer, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800* (Nova York, 1965), pp. 21-9.
74. Ibid., pp. 26-7.
75. "Statement by Joost van Colster on the Attitude of the Dutch West India Company toward Interlopers and Foreign Ships", 1/11 agosto de 1682, em Adam Jones, ed. e trad., *Brandenburg Sources for West African History, 1680-1700* (Wiesbaden, 1985), pp. 22-3.
76. Ver "Captain Holmes, his Journalls of two voyages into Guynea in his Majesty's Ship the Henrietta and the Jersey in the year 1660/1 and 1663/4", Universidade de Cambridge, Magdalen College, Pepysian Library, MS. 2698.
77. Heerman Abramsz para a Assembléia de Ten, 23 de novembro de 1679, em Albert van Danzig, ed. e trad., *The Dutch and the Guinea Coast, 1674-1742: A Collection of Documents from the General State Archive at the Hague* (Acra, 1978), pp. 13-20.
78. Ver ibid., pp. 13-20, e Short Memoir on Trade within the Present Limits of the Charter of the WIC, 1670, ibid., pp. 10-12 (para os relatórios holandeses); Public Record Office, Londres (doravante denominado PRO), T/70, vol. 1134, carta de Henry Greenhill, 7 de dezembro de 1680 e 6 de abril de 1681, e John Sowe, 10 de junho de 1683; Universidade de Oxford, Biblioteca Bodleian, MSS Rawlinson C 745, fols. 209-10, 212, John Winder, 24 de junho de 1683; fol. 215, Mark Whiting, 26 de junho de 1683; fol. 217, 30 de junho de 1683.

africanos a continuar concordando com eles. Mas esses acordos claramente não superaram as distorções monopolistas do comércio.

Se os problemas para manter suas prováveis reivindicações retóricas de supremacia não fossem suficientes, as companhias licenciadas, como acontecera antes com Portugal, não podiam sempre impedir seus "empregados", os agentes da costa, de servirem aos africanos ou de serem coniventes com eles. As instruções enfatizavam com regularidade a necessidade de evitar que os agentes das companhias negociassem diretamente com os africanos ou desertassem para o lado deles. Do mesmo modo, embora os holandeses e outras potências estrangeiras tenham achado conveniente negociar com o antigo grupo de desertores — as já bem estabelecidas comunidades de portugueses (ou de seus muitos descendentes africanos) —, eles também não esperavam confiar neles; essas comunidades exemplificavam o fracasso de suas tentativas para controlar o comércio.

Os empregados das companhias podiam ser facilmente assimilados em comunidades comerciais sob o domínio africano. Os empregados desertores em algumas ocasiões faziam seus próprios negócios, às vezes por meio de um casamento afortunado com uma mulher nativa. Assim, quando o funcionário prussiano Otto Friedrich von der Gröben visitou o posto inglês na ilha Bence (Serra Leoa) em 1682, ele observou que muitos funcionários, inclusive o governador, tinham "concubinas", que lhes haviam dado filhos.[79] Essas concubinas forneciam as conexões locais. Um relatório sobre a situação para a Royal African Company (para a qual todos os funcionários tinham de se reportar) mencionou que "cada homem tem sua prostituta para quem eles roubam, &c."[80] Dessas comunidades surgiu um grupo de raças miscigenadas de comerciantes, simpatizante dos ingleses, que agia em toda a Serra Leoa, com conexões com as companhias e os governantes africanos.[81] No século XVIII esses grupos foram especialmente benéficos para o comércio britânico.

79. Otto Friedrich von der Gröben, *Guineische Reisebeschreibung nebst einem Anhang der Expedition in Morea* (Marienwerder, 1964; fac-símile atualizado, 1913), pp. 28-9. Adam Jones fez uma nova edição (em inglês) com base em fontes manuscritas (com a numeração de páginas original) em *Brandenburg Sources*.
80. Clarke para a Companhia, 1º de março de 1684/4, PRO, T70/11, p. 134; citado em Jones, *Brandenburg Sources*, p. 27, nota 10.
81. Rodney, *Upper Guinea Coast*, pp. 216-22.

OS ESTADOS AFRICANOS E O COMÉRCIO

É evidente, então, que os mercadores europeus atuando sob a direção de estados ou companhias foram incapazes de monopolizar o comércio na África. É também patente que os estados africanos, embora tenham tentado fazer o mesmo, ao final não tiveram êxito. Nenhum estado africano realmente dominou o comércio de qualquer parte da costa da África. A soberania africana era tão fragmentada quanto a teórica soberania que os europeus tentaram manter sobre o comércio.

No entanto, os estados africanos ajudaram a equilibrar as economias de escala que os mercadores europeus ou companhias possam ter tido. Assim, poder-se-ia argumentar se um mercador europeu com um bom capital teria obtido vantagem financeira, pelo menos a curto prazo, da intensa competição entre centenas de comerciantes africanos. O papel exercido pelos estados africanos limitou, contudo, esse efeito, compensando qualquer escala de vantagens que o expedidor poderia dispor.

As exigências estatais impunham um grande número de obstáculos legais e técnicos entre os mercadores europeus e os compradores africanos, bem como propiciavam ao Estado ser um participante regular no comércio. Um guia comercial holandês de cerca de 1655, por exemplo, registra os presentes e impostos a serem pagos em diversos países ao longo da área da "Costa dos Escravos" do Volta a Camarões. Os de Aladá pareciam mais complicados, mas isso talvez porque o escritor do guia (aparentemente um habitante de São Tomé) os conhecia melhor. Em Aladá, o potencial comprador de escravos e tecido tinha de oferecer uma complexa série de presentes para dançarinos, vendedores de comida, intérpretes, agentes, nobres, e até mesmo para o rei, tanto na chegada quanto na partida.[82] O guia mostra que esse sistema não era exclusivo de Aladá ao descrever diversos costumes em Benim, Calabar, no delta do Níger e na região do Gabão. Apesar de poucos serem tão complicados como os de Aladá, todos envolviam presentes para governantes ou conselheiros, cujos montantes variavam em relação ao status ou posição.[83]

Na Costa do Ouro, onde havia um posto e um forte portugueses desde 1482, as longas visitas pessoais dos comerciantes foram substituí-

82. UBL:BPL, MS. 927, "Aenwijsingse", fols. 12-13v. O autor desse guia parece ter residido em São Tomé e ter informações detalhadas sobre o período de 1647-54.
83. Ibid., fols. 9v, 10v-11, 13v.

das por presentes regulares ofertados por Portugal a todos os potentados locais. Documentos do início do século XVI são repletos de notas desses presentes, que se relacionavam só indiretamente ao comércio.[84] Ao realizar o comércio, os portugueses tinham ainda de negociar e pagar o *xarife*[85] (assim chamado por analogia ao seu próprio sistema), um funcionário encarregado de negócios comerciais, tão importante em Efuto, que poderia até mesmo se tornar rei.[86]

Em algumas ocasiões, os acordos variaram segundo a época. Em Benim, por exemplo, os primeiros livros de navios portugueses dos anos 1520 descrevem uma extensa série de presentes dados a funcionários do governo e uma visita ao governante, que, então, "abriu o mercado" para cada uma das mercadorias a serem comercializadas (inclusive mercados separados para escravos masculinos e femininos). Visitantes ingleses, meio século depois, por sua vez, só negociavam com o governante, talvez porque seu maior interesse era a pimenta, da qual o rei era o único produtor, ou talvez em virtude de o sistema político em Benim ter mudado. Visitantes subseqüentes no século XVII encontraram de novo funcionários encarregados do comércio e, além disso, os comerciantes não eram mais levados à capital para negociar, e faziam seus negócios no porto de Ughoton.[87]

Do mesmo modo, na Costa do Ouro, os presentes ofertados pelos portugueses aos governantes locais tornaram-se gradualmente uma taxa anual de aluguel, embora sempre com conotação de presente.[88] Por outro lado, qualquer comerciante atuando na região ainda precisava negociar com os funcionários, mesmo que esses funcionários ocasionalmente se aproveitassem das complexidades da política local para se estabelecerem como governantes de estados aparentemente independentes. Até o que parecia comércio privado, tal como caravanas de mercadores, a exemplo dos comerciantes akani, era sancionado pelo Estado e, portanto, cuidadosamente controlado.[89]

84. Vogt, *Portuguese Rule*, pp. 82-7, 231, notas 63-79.
85. Ibid., p. 87; essas transações são abundantes nos registros que restaram; cf. Elbl, "Portuguese Trade", p. 640, nota 48, para uma lista de documentos importantes.
86. ANTT CC, sec. 1, 3/119, Nuno Vas de Castello Branco para o rei, 2 de outubro de 1502.
87. Descrito em Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 43-79.
88. Kwame Daaku, *Trade and Politics on the Gold Coast, 1600-1720* (Londres, 1970).
89. Cf. Kea, *Settlements*, pp. 226-36, 248-87.

Essas negociações, que com freqüência, eram demoradas e das quais muitos visitantes europeus se queixavam, eram na essência uma manifestação da insistência por parte das autoridades dos Estados africanos de serem os primeiros beneficiados pela atividade comercial. Eles estavam sempre dispostos a retribuir os presentes, algumas vezes com algo de muito valor, depois que os impostos eram pagos (como observou van den Broecke em Loango),[90] para assim estabelecer uma conexão especial entre eles e os europeus com quem estavam negociando. Mas, em geral, seu desejo era de garantir o privilégio de serem os primeiros a escolher as melhores mercadorias e obter o melhor preço, o que talvez constituísse um segundo imposto pago junto com os presentes habituais.

Por conseguinte, os governantes insistiam em obter um preço especial pelas suas próprias mercadorias e pela compra de artigos europeus. Mosto observou que o governante de Kayor com quem ele negociou reiterou seu direito de escolher as mercadorias, e a expectativa de que o comércio fosse uma extensão de sua amizade provavelmente significava que ele conseguiria um preço especial.[91] Ainda mais específico, o guia holandês de comércio em Aladá enfatizava que o rei e seus funcionários deveriam obter um melhor preço nas mercadorias vendidas ou compradas do que as outras pessoas, no momento de discutir preços máximos e mínimos para atribuir aos produtos.[92]

Analogamente, André Donelha observou que Gaspar Vaz, um intérprete e alfaiate mandinga, o qual foi escravo de um amigo de Donelha e tinha uma relação muito próxima com o "Duque" de Cassanga em Gâmbia, poderia obter para ele o preço "usual" para seus artigos, em vez do normalmente cobrado aos fornecedores estrangeiros de mercadorias européias.[93] Richard Jobson, um mercador inglês que estava em Gâmbia nessa mesma época, relatou como esse preço especial foi conseguido. Ao negociar com o rei, as barras de ferro tinham 30cm de comprimento, ao passo que as comercializadas com pessoas comuns tinham apenas 20cm.[94] Assim, só utilizando-se de uma conexão com o Estado um mer-

90. Van den Broecke, *Reizen* (ed. Ratelband), p. 28.
91. Mosto, "Novo Mondo" (ed. Gasparrini-Leporace), pp. 49-50.
92. UBL: BPL, MS. 927, "Aenwijsingse", fol. 12v.
93. Donelha, *Descrição da Serra Leoa*, fol. 25v.
94. Richard Jobson, *The Golden Trade; or a Discovery of the R. Gambia and the Golden Trade of the Aethiopians...* (Londres, 1623; fac-símile reeditado, Londres, 1968), p. 120.

cador estrangeiro evitaria a prática habitual de pagar preços especiais a africanos que ocupavam posições hierárquicas mais elevadas.

Além disso, os governantes africanos, caso eles considerassem conveniente, poderiam iniciar ou cessar o comércio a seu bel-prazer. O governante de Benim, como já mencionado, tinha o poder de abrir e fechar o mercado — e existiam mercados separados para uma ampla variedade de mercadorias. Foi certamente por razões de Estado, embora isso não fosse do conhecimento de todos, que o rei de Benim decidiu encerrar o mercado masculino de escravos no início do século XVI, e por fim eliminar totalmente o comércio de escravos.[95] Do mesmo modo, o rei do Congo ocasionalmente instituiu regulamentos estritos ou até mesmo proibiu o comércio. Tanto Afonso I como seu sucessor Diogo regulavam o comércio dessa maneira.[96]

No entanto, após a insistência dos governantes africanos de pleitear seus direitos de soberania para controlar o comércio ou garantir seus lucros, eles em geral permitiam o livre comércio desde que tivessem recebido seu quinhão. Mas com freqüência, mesmo esse comércio estava muito aquém de ser um mercado aberto a todos, pois embora os estados africanos permitissem o comércio privado, eles exerciam o papel principal ao determinar quais africanos poderiam comercializar. A burguesia africana, assim como a burguesia européia, desenvolveu-se em grande parte porque o Estado apoiava sua posição e, de diversas formas, ela se aproveitou desse apoio para obter vantagens pessoais.

Note-se o aspecto das relações comerciais entre os julas e vários europeus ao longo da costa da Senegâmbia. A descrição de Jobson da vida comercial em Gâmbia, em 1620, revela que a maioria do comércio com os navios visitantes era realizada pelos colonos portugueses locais (freqüentemente das ilhas de Cabo Verde) perto da foz do rio (e nelas, mais tarde), enquanto mais acima estava nas mãos dos *"Marybuckes"* (marabutos — viajantes mulçumanos eruditos que também comercializavam). Jobson observou que os marabutos, os quais ele citou em outros contextos como *julas* (um termo mandinga para mercadores), possuíam suas próprias cidades (nas quais trabalhavam seus próprios escravos), um grande entrecruzamento que se estendia para dentro do país, que lhes permitia estar em contato com a vida comercial do interior.[97] André Donelha, por sua vez, também notou que esses mulçumanos por serem muito sábios tornavam-se conselheiros importantes dos governantes, usufruíam de uma relação especial com eles e recebiam privilégios do Estado. Se direta ou indiretamente, um desses privilégios parece ter sido o direito de controlar o comércio e, certamente, de controlar as negociações entre o Estado e os comerciantes visitantes.[98]

95. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 45, 167-9.
96. Afonso para João III, 18 de outubro de 1526, *MMA* 1:489-90; Francisco Barros da Paiva para o rei, 18 de fevereiro de 1549, *MMA* 2:231-7.

Não é surpreendente que esses ou outros grupos de mercadores africanos tivessem essa posição de favorecimento por parte do Estado. Assim como os estados europeus acharam melhor deixar os riscos comerciais nas mãos de particulares e cobrar um imposto regular e seguro, além de só monopolizar tipos de negócios que fossem de interesse para a segurança do Estado, também os africanos adotaram as mesmas políticas com mercadores de sua própria região (ou com europeus e mulatos desertores). Essa concessão seria ainda útil para o grupo comercial e, claro, fazia parte do atrativo oferecido pelos governantes para atrair colonos.

O controle comercial rigoroso dos estados africanos originava-se de seus sistemas legais e representava um tipo de interferência no mercado realizado também pelos europeus. O que aconteceu nas áreas onde houve pouco controle estatal demonstra a importância da supervisão do Estado e revela como era potencialmente perigoso e imprevisível o comércio nos primórdios do mundo moderno. Por exemplo, na parte sul de Serra Leoa, ao longo da costa do Gabão, e ao longo de locais chamados de modos diversos como Grande Costa, Costa Malagueta, ou Costa do Marfim, os navios europeus com freqüência não pagavam tributos e não faziam negociações especiais para comercializar. Em vez disso, grupos de dois ou três africanos iam até eles em pequenas canoas para barganhar em pequena escala marfim, pimenta-malagueta, gêneros alimentícios e ocasionalmente ouro.[99] Mas o comércio era sempre arriscado. Sem a proteção do Estado, os africanos eram por vezes carregados pelos europeus como escravos, ou comerciantes africanos abandonavam o navio de posse das mercadorias européias antes de completar o paga-

97. Jobson, *Golden Trade*, pp. 3-7, 62, 75-6.
98. Donelha, *Descrição da Serra Leoa*, fols. 29-29v; Jobson, *Golden Trade*, p. 98.
99. Dierick Ruiters, *Tvortse der zee-vaart*, p. 303 (Vlissingen, 1623; reimpresso, Haia, 1913), p. 71 (a numeração original das páginas está marcada, e seguida mais adiante).

mento. O comércio era sempre feito com grande cautela e com má fé de ambos os lados — e talvez ao final sem grande lucro.[100]

Na África, tal como na Europa, é claro, as tentativas dos Estados de monitorar e controlar o acesso ao mercado eram invalidadas por alguns mercadores particulares. Os mercadores julas envolvidos no comércio de ouro na Costa do Ouro não hesitavam em enviar seus produtos para a Senegâmbia ou mesmo para os mercados do norte da África se a quantidade e a qualidade apropriadas não fossem encontradas na Costa do Ouro. Francisco de Goes, o agente português na Costa do Ouro em 1506, mencionou essa prática como o "vazamento mandinga" em um de seus relatórios, queixando-se da falta de artigos comerciais adequados em seu posto.[101] Mais tarde, no século XVII, Curtin documentou cuidadosamente como os julas mudavam seu comércio de um porto para outro na costa da Senegâmbia para conseguir o melhor preço e para impedir tentativas ocasionais por parte das companhias européias de monopolizar uma região.[102]

Na África central, havia a mesma situação em relação aos mercadores vili de Loango, que enviavam regularmente escravos da remota Matamba para Loango, a fim de frustrar os planos dos portugueses de restringir o comércio com o mercado de Luanda. Essa rivalidade motivou as queixas dos portugueses sobre o comportamento dos vili em 1655[103] e uma tentativa para capturar a rainha Jinga, com o objetivo de expulsá-la de Matamba por ocasião do tratado de 1683.[104]

Por conseguinte, embora os Estados do Atlântico tentassem persistentemente dirigir e controlar o comércio, seu propósito era, na verdade, mais de aumentar sua receita pela distorção marginal do mercado do que de conseguir o tipo de monopólio que mudaria drasticamente os termos gerais do comércio entre os compradores africanos e europeus. Apesar do desejo dos Estados de dominar, e mesmo que eles tenham

100. Ibid., pp. 303, 316. Ver as observações em Arent Roggeveen e Jacob Robjin, *The Burning Fen* (Amsterdã, 1687; ed. fac-símile, Amsterdã, 1971), pp. 19, 30. O livro, apesar da publicação tardia, provavelmente reflete uma visão de toda a experiencia holandesa no século precedente.
101. Francisco de Goes para o rei, 19 de agosto de 1506, ANTT, CCI/13/48. Manuel Góis para o rei, 18 de abril de 1510, *MMA* 1:210-11.
102. Curtin, *Economic Change*, pp. 83-91.
103. John Thornton, *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718* (Madison, 1983), p. 26.
104. David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and Their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790* (Oxford, 1966), pp. 131-3.

sido razoavelmente bem-sucedidos em controlar as transações, a presença de comerciantes particulares, suas interconexões e as rivalidades militares e políticas do sistema estatal da África e da Europa reduziram o impacto potencial do controle do Estado. Embora o Estado pudesse ser um beneficiário silencioso, em virtude da primazia de utilizar o comércio como um instrumento para taxar comerciantes, e insistir em seus próprios interesses e de seus clientes favoritos, o comércio permaneceu competitivo, provavelmente não favorecendo nenhum ator nacional ou regional em especial — e com certeza não os europeus à custa dos africanos.[105]

105. Para uma excelente discussão e crítica sobre pontos de vista opostos, ver Curtin, *Economic Change*, pp. 299-302; e Elbl, "Portuguese Trade", pp. 614-17, 653-69.